

DESBRAVANDO OS SERTÕES CAPIXABAS: A COLONIZAÇÃO DO VALE DO ITAPEMIRIM

DISCOVERING THE CAPIXABA HINTERLANDS: THE COLONIZATION OF THE ITAPEMIRIM VALLEY

Laryssa da Silva Machado*

Lucas da Silva Machado**

Resumo: O presente artigo pretende analisar o processo de colonização do Vale do Itapemirim, região sul da província do Espírito Santo. Apesar das terras capixabas estarem entre as quinze primeiras capitânias doadas pelo rei português no século XVI, a ocupação do território ocorreu tardiamente, com a efetiva colonização de muitas regiões apenas no século XIX, caso da região de Itapemirim. Na primeira metade do século XVIII instala-se a primeira fazenda produtora de cana de açúcar, porém, apenas no final do Setecentos a colonização é consolidada, graças a chegada dos fugitivos das Minas de Castelo para região. No século XIX outros migrantes chegam e a produção de açúcar torna-se a base econômica local, além do principal produto da província capixaba. Junto aos migrantes chegaram os primeiros cativos, que somaram-se a muitos outros que vieram pelo tráfico. Sobre os indígenas da região, a ausência de fontes impede discussão mais aprofundada.

Palavras-chave: sertões, Itapemirim, Espírito Santo, colonização.

Abstract: This article aims to analyze the colonization process of the Itapemirim Valley, in the southern region of the province of Espírito Santo. Despite the capixaba lands being among the first fifteen captaincies donated by the Portuguese king in the 16th century, the occupation of the territory occurred late, with the effective colonization of many regions only in the 19th century, as in the region of Itapemirim. In the first half of the 18th century, the first sugar cane producing farm was installed; however, it was only at the end of that century that colonization was consolidated, due to the arrival of the fugitives from Minas de Castelo to the region. In the 19th century, other migrants arrived, and sugar production became the local economic base, in addition to the main product of the Espírito Santo province. The first captives arrived with the migrants, added to many others who came by the trade. Regarding the indigenous people in the region, the absence of sources prevents further discussion.

Keywords: sertões, Itapemirim, Espírito Santo, colonization.

Introdução

Em um país como o Brasil, com dimensões continentais, pesquisas no campo da micro história são fundamentais para que os meandros históricos sejam descobertos. Segundo Jacques Revel “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas

* Mestre em História – Programa de pós-graduação em História – Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de História na Rede Municipal de Marataízes-ES. E-mail: assyral@gmail.com

** Mestrando em História – Programa de pós-graduação em História – Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de História na Rede Estadual do Espírito Santo. E-mail: lucas.ds.machad@gmail.com

variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23). Assim, nos últimos anos, pesquisas acadêmicas deram destaque a inúmeras regiões que por anos foram consideradas periféricas pela historiografia tradicional.

A história do Espírito Santo é um exemplo de como regiões brasileiras tornam-se esquecidas pela historiografia por não alcançar o destaque econômico e social semelhante aos territórios vizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia). Sendo uma das primeiras capitanias hereditárias brasileiras, doada a Vasco Fernandes Coutinho pelo Rei D. João III em primeiro de junho de 1534, a história capixaba é marcada por altos e baixos políticos e econômicos. Sobre os primeiros séculos da capitania do Espírito Santo, XVI, XVII e XVIII, existe uma carência de fontes e, conseqüentemente, de produções historiográficas. Os séculos XIX e XX, com fontes mais fartas, trazem uma maior quantidade de pesquisas. Mas ainda assim, lacunas inteiras continuam existindo.

Assim, pesquisas no campo da micro história ajudam a entender o que ocorreu nas terras capixabas ao longo dos seus cinco séculos de colonização, apesar da carência de fontes.

Mediante o estudo intensivo e aproximado de configurações e processos sociais, a abordagem microhistórica assume, portanto, a tarefa de compreender como essas configurações se constituem e convivem [...]Ela procura também entender a maneira como movimentos ou transformações coletivos são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada ator toma neles (RAVEL, 2010, p. 440).

Um desses eventos refere-se à colonização das regiões interioranas espirítossantenses. Até o início do século XIX, apenas a região central, onde se localiza a capital Vitória, era colonizada. Os “sertões” capixabas ainda eram habitados por grupos indígenas, o que estava em desencontro com a noção de prosperidade e desenvolvimento da época (EHRENREICH, 2014, p.51). Na realidade, de acordo com Vânia Maria Moreira, a partir da perspectiva dos sertões, tais regiões eram “zonas de contato!” entre a sociedade afro-luso-indígena.

“Os “sertões do Espírito Santo” eram, na realidade, um espaço geográfico ainda não plenamente controlado pelos colonizadores, que fazia divisa com os atuais estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro”. Quanto a região de Itapemirim, “para a população da Corte e do Rio de Janeiro aquelas terras se confundiam com os “Sertões do Goytacazes”. (MOREIRA, 2017, p. 66-67).

Do ponto de vista dessa investigação, os sertões do Espírito Santo não foram apenas refúgio de povos “bárbaros” e o paradeiro de “renegados” e “criminosos”, como quilombolas, desertores, salteadores, índios e vadios, tal

como insistiam as autoridades da época. Como se pretende demonstrar, aqueles sertões também foram palco de diferentes relações interétnicas, pois naquele cenário se desenvolveram pelo menos dois tipos de aliança que este artigo tem por objetivo salientar: a de senhores e índios contra os “escravos do mato” e os quilombolas; e a de “escravos armados” e senhores contra os índios naturais da terra, mesmo em meio à crise do sistema escravista e à intensificação das fugas e da formação de quilombos (MOREIRA, 2017, p. 68).

Além disso, Moreira utiliza o pensamento de Mary Louise Pratt, que denomina os sertões como “zonas de contato”. Ela define as zonas de contato como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, apud MOREIRA, 2017, p. 107).

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico, é importante frisar que o sertão não era apenas o mundo dos índios, mas antes de tudo o mundo não policiado, primeiro dos índios, primários habitantes do Novo Mundo, e progressivamente também de outros setores sociais, como escravos fugidos, salteadores e “vadios”.¹¹ Mais ainda, os sertões e suas populações, ao ingressarem no mundo policiado, pelo uso da força e/ou da persuasão, não se tornavam um reflexo fiel ou mal ajambrado da “civilização cristã” europeia. Por isso mesmo, em lugar da ideia de uma “aculturação” bem ou mal sucedida, a história e as ciências sociais tem mobilizado e trabalhado com conceitos mais dinâmicos e relacionais, como transculturação, hibridização e mestiçagem, por exemplo, para dar conta da complexidade dos conflitos e das acomodações que moldaram as sociedades coloniais e pós-coloniais da América (MOREIRA, 2017, p. 107-108).

Este artigo apresentará como ocorreu o processo de colonização de um desses sertões capixabas: o Vale do Rio Itapemirim. Localizado ao sul das terras do Espírito Santo, as margens do Itapemirim receberam inúmeras tentativas de ocupação, que só foi consolidada entre o fim do século XVIII e início do XIX. A partir de então, tornou-se a região mais próspera economicamente, sustentando a Província nesse período, graças a produção de açúcar, na primeira metade, e do café na segunda metade do Oitocentos. Embora tenha sido uma região pequena, principalmente se for comparada a grandes centros, ainda assim merece destaque, uma vez que revela uma parte desconhecida da história capixaba e brasileira.

Esse trabalho pretende analisar a Vila de Itapemirim em seus primeiros anos. Além da pesquisa bibliográfica e depoimentos de visitantes que relataram a condição da Vila, documentos oficiais também serão analisados, como Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, Mapas Populacionais e a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833,

que apresenta um panorama econômico e social da localidade. Como o processo de colonização ocorreu entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, o recorte temporal utilizado será até o fim da década de 1930, compreendendo 25 anos após a fundação da Vila, que ocorreu em 1815.

O Oitocentos Capixaba

Apesar do Espírito Santo estar entre as primeiras capitanias doadas por Portugal, a terra do primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho amargou por séculos inúmeros problemas políticos e econômicos (CARVALHO, 2008. p. 28-34). A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se primeiro e decisivo passo no sentido de definição da identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio, propostas com objetivo de dar autonomia política, administrativa e jurídica ao Espírito Santo, estimular o povoamento da região e destacar o Porto de Vitória como ponto estratégico por ser próximo à Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul (SANTOS, 2002, p. 153-187). Porém, tais medidas resultaram em poucas mudanças na região.

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos exportados em parte para outras províncias (CARVALHO, 2008. p. 59-60). Em terras capixabas produziam-se farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas e redes. O plantio do café, no início do século, ainda era pequeno e não se destacava nem mesmo na economia espírito-santense. Porém, essa produção floresceu na segunda metade do século e proporcionou crescimento e dinamismo à província.

José Teixeira de Oliveira classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX” (OLIVEIRA, 2008. p. 354). Após a independência do Brasil houve melhorias estruturais, porém, foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, 15-18), o café tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo e a produção de açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura concentrada na região Sul, especificamente nos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a

de São Mateus e Vitória, investiram no cultivo do café sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca.

A expansão cafeeira no sul do Espírito Santo vincula-se diretamente à decadência da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 19), quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense (BITTENCOURT, 1987, p. 68). Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 21-23).

No sul capixaba, inicialmente, as lavouras foram implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, objeto desta pesquisa. As fazendas de cana-de-açúcar havia sido a primeira opção dos novos lavradores nos anos iniciais do Oitocentos. A partir de 1840, entretanto, o cultivo de café tornou-se mais frequente, talvez em razão de maior margem de lucro e por exigir menos capital e cuidados dos imigrantes que continuavam a chegar à região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). A expansão das lavouras seguiu em direção às terras do interior dos vales, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, além do clima úmido com chuvas regulares (SALETTTO, 1996, p. 35).

O vale do Itapemirim, porém, cindiu-se em duas regiões. No interior, a adaptação do café concretizou o sonho dos recém-imigrados. No litoral, no entanto, as lavouras cafeeiras não obtiveram idêntico sucesso, mantendo-se o cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35). Na época, porém, o açúcar deixou de ser o principal produto agrícola na província. Em 1861 o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, descreveu como a produção de café cresceu, e atribuiu esse sucesso ao alto preço daquele produto no mercado externo e ao baixo custo de produção. Os principais produtos agrícolas capixabas nesse período eram o café, o açúcar e a mandioca, este último produzido em larga escala na comarca de São Mateus.¹

É importante ressaltar que o açúcar, apesar de perder o posto de principal produto exportado pela província, ainda permanecia com certo destaque econômico, já que era o segundo produto agrícola espírito-santense. O café, então, tornou-se cultivo concentrado no sul da província do Espírito Santo. Praticamente metade da lavoura pertencia à região, acompanhada de perto pela região da capital.² Nas primeiras décadas da segunda metade do

século XIX, a região central (capital) liderava as exportações do produto. Porém, com o passar dos anos, o Sul se tornou a mais importante região exportadora da província.

Apesar de todo o dinamismo proporcionado pelo café no Espírito Santo, a produção capixaba era pequena se comparada a de outras províncias brasileiras. Ocupando principalmente a região sul, a produção cafeeira espírito-santense apresentava problemas estruturais sérios. O transporte ainda era precário, o que elevava o custo da produção e reduzia a lucratividade (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 24). Além disso, as fazendas de café eram formadas por grandes áreas de terras com pequena parte ocupada pela produção (ALMADA, 1984, p. 54-56). A produção capixaba, na segunda metade do século XIX, não representava 5% da produção total das principais províncias produtoras: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Taunay afirma que “no Espírito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro” (TAUNAY, apud ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 25)

Acompanhando as mudanças econômicas, a paisagem humana capixaba também foi alterada no século XIX. É importante ressaltar que o contexto econômico do século XIX produziu marcante diversidade populacional nas regiões capixabas. Enquanto a economia da região central era voltada para a produção de alimento e abastecimento interno, com exportação de alimentos para a Corte e a Bahia, a região sul produzia e exportava açúcar e café, produtos com grande valor comercial no exterior.

A escravidão era comum a todas as regiões da província. A população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil. Nesse período, o crescimento populacional foi interessante. De dados expostos por Adriana Campos (2011, p.85-86), nota-se que a população total do Espírito Santo sofreu considerável aumento ao longo do século XIX. Em finais do Setecentos, a população total era de 22.493 habitantes e aumentou para 82.137 em 1872, de acordo com o Censo oficial. Também merece destaque o aumento do número de escravizados na província: em 1790 eram 6.834 e passou a 22.659 em 1872.

O maior incremento de escravos na Província do Espírito Santo não ocorreu no primeiro quartel do século XIX. O movimento de expansão com maior relevo aconteceu após 1856. Embora reduzida a expressão demográfica da província ao longo do XIX, a proporção de escravos no total de residentes alcançava grande significação (CAMPOS, 2011, p.85-86). Fatores endógenos à economia capixaba e o contexto do fim da escravidão conferiram contornos específicos ao crescimento das escravarias.

As mudanças econômicas e populacionais resultaram no aumento do número de habitantes livres e cativos. A tabela a seguir apresenta dados da população espírito-santense

entre 1790 e 1875, obtidos em fontes diversas, para melhor visualização do crescimento populacional ao longo dos Oitocentos.

TABELA 1: População Livre e Escrava do Espírito Santo (1790-1875)

Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	32.720
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137
1875	-----	-----	20.037	-----	-----

Fonte: 1790, 1824, 1856 e 1872: CAMPOS, 2011, p. 85; 1813, 1814, 1818: VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo* escrita no ano de 1828; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1839: LAGO, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1875: Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876.

Ao longo do século XIX a população capixaba aumentou consideravelmente, principalmente após 1856, período da expansão cafeeira. Além do aumento da população livre, o número de cativos também se elevou. A proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5%. De 1872 a 1875 a população cativa sofreu queda de 2.622 pessoas, cerca de 12%. Essa diminuição pode refletir as leis abolicionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre,³ de 28 de setembro de 1871, que tornava livres os filhos das escravas nascidos após aquela data. Também não se pode esquecer a formação de pecúlio por parte dos cativos para aquisição de sua liberdade ou de algum ente querido. O relatório nacional de 1876⁴ justifica a redução

populacional no Espírito Santo: faleceram 1.242 cativos, outros 551 se libertaram e 940 saíram do Espírito Santo,⁵ reflexo do comércio interno de almas. Além disso, havia 2.726 filhos livres de mulheres cativas. Ainda assim, pode-se considerar expressiva a população escravizada capixaba. E o mais importante, os cativos encontravam-se na base produtiva da província.

O século XIX capixaba foi um divisor de águas para a economia e sociedade. A quantidade de terras colonizadas na província foram muitas, dentre elas as margens do Rio Itapemirim, localizado ao sul, na divisa com a província da Paraíba do Sul. Essa região ganhou muito destaque econômico, por sustentar economicamente a província no Oitocentos, além de concentrar grande quantitativo de escravos, conforme será apresentado a seguir.

Desbravando o sertão capixaba: o Vale do Itapemirim

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira em 1539. Segundo Basílio Daemon, “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação” (DAEMON, 2010, p.114). Cezar Augusto Marques descreve que as margens do Rio Itabapoana, localizado ao sul, sendo divisa entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, “existiram por muito tempo minas de uma povoação, e de casas construídas de pedras trazidas da Europa, pelo que se conjectura haver Pedro de Góes ali assentado sua residência em 1540, quando EL-Rei, D. João III he fez doação deste paiz” (MARQUES, 2003, p.19).

A referência mais antiga à região é encontrada na carta de confirmação dos limites das Capitânicas do Espírito Santo e São Tomé (Paraíba do Sul), datada de 12 de março de 1543. Segundo Levy Rocha (1966, p.7), os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero Góes, por não saberem ao certo os limites das Capitânicas, resolveram mudar o nome do Rio de Tapemery para Santa Catarina, uma homenagem a esposa de D. João III, rei de Portugal, que passou a ser o limite das mesmas. O novo nome, porém, não prevaleceu sobre a toponímia tupi. Rocha também faz referência a uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada pelo filho do capitão-donatário de São Tomé, ao sul do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás. Quando Francisco Gil de Araújo tomou posse da capitania, ainda havia no local vestígio da igreja e das casas que ali havia (ROCHA, 1966, p. 8).

Desde o século XVI a região era visitada por pessoas que registraram suas impressões em diários e anotações de viagens. De acordo com Levy Rocha, em sua obra *Viajantes*

Estrangeiros no Espírito Santo (1971), Jean de Lery foi o primeiro viajante a descrever a região de Itapemirim em sua “Viagem à Terra do Brasil”, publicada em 1578. Em seus registros está descrita a localidade de “Tapemiry”, “onde se encontram pequenas ilhas na entrada da terra firme e que me pareceram habitadas por selvagens aliados dos franceses” (LERY, 1578 *apud* ROCHA. Op. Cit., p. 15-16). Lery descreveu ainda as ilhas dos Ovos e Taputera, situadas na foz do rio Itapemirim, estas, porém, são muito pequenas para serem habitadas.

Também há descrições do Rio Itapemirim em mapas portugueses do século XVII. O rio aparece com o nome de *Tapemirim*, o que demonstra que a região já era conhecida. No documento holandês *Reys-boeck*, de 1624, o Rio Itapemirim aparece com o nome de *Tampomeni* (ROCHA, 1966, p. 10). Outros mapas são citados por Cezar Augusto Marques, e trazem a seguinte menção ao Rio Itapemirim:

Mappa da *Terra de Santa Cruz*, a que vulgarmente chamam o Brasil, que acompanha a *Rasão do Estado do Brasil* escripto em 1612, indica este rio sob o nome de *Tapemery*; o *Mappa de todo o Estado do Brasil*, organizado em Lisboa no anuo de 1627 por João Teixeira, Moço da Camara de Sua Magestade e seu Cosmographo indica o mesmo rio com o nome de *Itape-mery*; O *Mappa do Brasil*, que acompanha a *Istoria delle guerre del regno del Brazile* por Giovani Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá-lhe o nome de Tapemirini (MARQUES, 2003, p.165).

Aparentemente a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro das terras capixabas, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho,⁶ vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região da atual Vila Velha à localidade de Benevente (atual Anchieta). A região compreendia de um lado ao outro da foz do rio, onde existia uma vasta aldeia que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. Decerto, a região era ocupada por vários grupos indígenas, mas a ausência de fontes impede que se discuta a participação dos mesmos nas primeiras tentativas de colonização da região.

Mais ao sul, próximo ao Rio Itabapoana, localizava-se a Fazenda Muribeca, uma das primeiras propriedades dos jesuítas em terras capixabas. Foi fundada em meados do século XVII, mas teve seu auge econômico no século XVIII (OLIVEIRA, 2008, p. 157). Localizada próxima a praia, sua principal atividade econômica era a criação de gado (OLIVEIRA, 2008, p. 156). Foi uma das maiores e mais importantes dos Jesuítas e chegou a possuir quase duas mil cabeças de gado *vacum* e mais de duas centenas do cavalari. Entre as obras realizadas pelos jesuítas, estão a drenagem e o saneamento dos alagados, canais para escoar água das

inundações, casas, pesqueiro no rio e uma igreja, atual Igreja de Nossa Senhora das Neves (OLIVEIRA, 2008, p. 157). Segundo Oliveira (2008, p. 218), era a propriedade mais importante dos jesuítas. Antônio Marins (1920, p. 223) acrescenta que, após expulsão dos jesuítas, as terras foram incorporadas ao domínio da Coroa e, mais tarde, arrematadas por José Cruz e Silva.⁷

O início da povoação de Itapemirim, portanto, ocorreu no período das expedições realizadas pelo baiano Gil de Araújo (MARINS, 1920, p.199-200). A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, após ataque indígena ao local. Sobre a fundação de Itapemirim, Marques traz a seguinte informação:

Habitavam seus primeiros habitantes nas cabeceiras do rio, onde bouveram cinco povoa- ções notáveis-»Barra do Rio Castello, Caxixe, Arraial Velho, Salgado e Ribeirão. Teve principio por uma aldeia do índios, chamados ao grêmio da Igreja Catholica no lim do século XVI. Em 1754 Pedro Bueno e Balthasar Caetano Carneiro estabeleceram um engenho por detraz desta aldeia, e edificaram uma capella votada a Nossa Senhora do Patrocínio ou da Conceição a qual gozou de beneficio curado por confirmação do Bispo Diocesano de 2 de Novembro do mesmo aimo. Dispersados estes e outros moradores pelas correrías dos Índios, Bueno e Carneiro mudaram-se para perto da Costa, o estabeleceram um engenho, fundaram uma capella para a Senhora, que trouxeram. Gozou esta nova ermida, doada para uma freguezia, de taes prerogativas desde 31 de Maio de 1771, e a Provisão passada ao Padre Antonio Dias Carneiro, seu proximo Vigário, declara que *é para a nova freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim* (MARQUES, 2003, p.165).

Newton Braga cita alguns nomes daqueles que foram “escorraçados pelos puris”, como o padre Antônio Rosa de Macedo, que era vigário das Minas de Castelo e trouxe a imagem de Nossa Senhora da Conceição e a de São Benedito, “o santo de que os negros escravos mais gostavam.” As imagens foram colocadas na pequena capela que havia em Caxangá. Também fazia parte do grupo o capitão Baltazar Caetano Carneiro e Pedro Bueno. Os primeiros habitantes compraram a fazenda que pertencia a Domingos de Freitas Bueno e deram um desenvolvimento maior ao engenho de açúcar que ali havia (BRAGA, 1996, p.15-17). Ainda em 1771 tornou-se Freguesia, criada por Carta Régea (MARQUES, 2003, p.166).

Segundo Gabriel Bittencourt (BITTENCOURT, 2006, p.78) as terras que pertenciam a Ignácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum,⁸ futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim, no final do século XVIII. Este se casou com a filha do Capitão Brum em segundas núpcias, herdou as terras e, conseqüentemente, tornou-se um dos grandes proprietários de terra da região. O Capitão Brum, além de adquirir as terras por escritura pública, as obteve do

governo português por sesmarias. (MARINS, 1920, p.201, 210-211) “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio (BITTENCOURT, 2006, p.78).

A partir de então a região se desenvolveu através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, a povoação de Itapemirim, que também era chamada de Caxangá, possuía muitos moradores e, na opinião do desembargador, tinha condições para virar vila (ROCHA, 1966, p.11). Além disso, Navarro conta que, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p. H-verso).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida. José Teixeira de Oliveira afirma que aqueles que migraram para a região não experimentaram a violência dos índios da região ao desbravarem essas terras. Segundo ele, “não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas” (OLIVEIRA, 2008, p. 308, 355). As muitas famílias que vieram para a região em busca de terras férteis trouxeram seus escravos e maquinários. Dentre estes, podem-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p. 32).

Essa imigração mineira fluminense e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve nítido crescimento populacional na região, onde se criaram condições favoráveis para a emancipação administrativa. Através do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. “Tomaram posse os Juízes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa” (MORENO, 2016, p. 33). Em 1829 a Vila de Itapemirim compreendia a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, a capela de Nossa Senhora das Neves, que era particular e pertencia à Fazenda de Muribeca, e os Arraiais de Marataízes e Itabapoana (OLIVEIRA, 2008, p. 358).

Nesse período de emancipação política alguns visitantes que passaram pela região deixaram seus registros sobre a Vila de Itapemirim. Um deles foi o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, que realizou duas visitas a Itapemirim no início do século XIX. A primeira em 1812, quando Itapemirim não era emancipada, e a segunda em 1820, após a emancipação. Na primeira excursão, em 1812, Coutinho partiu de Campos em direção ao Espírito Santo e classificou o caminho como um “deserto horroroso” (COUTINHO, 2002, p.43-46, 150-151).

Quando retornou em 1820, Itapemirim já era freguesia. Dessa vez, o bispo partiu do Rio Doce para o sul. Foi recebido com gloriosa cerimônia organizada por Francisco Gomes, que contou com a presença de “vários homens negros descalços com opas brancas de São Benedito,” e gente que não cabia na igreja, “arruinada”, nas palavras do presbítero. Realizou crismas e batizados, dentre os quais ocorreu o curioso relato da fuga de D. Thomázia, esposa do então capitão Luiz Moreira, abrigando-se na casa de Francisco Gomes. O bispo Coutinho relatou o retorno da mulher à residência do marido. Os dois homens envolvidos no sucedido eram os mais ricos de Itapemirim. Nos escritos de Coutinho encontram-se outros nomes de ricos proprietários da região como José da Silva Quintaes, Antônio Joaquim Marvila, João Machado Xavier, Antônio Pinto Duarte, Francisco José Alves, Antônio Ferreira da Silva, José da Costa Guimarães e José Eduardo Coelho (COUTINHO, 2002, p. 151, 154).

Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied (ROCHA, 1971, p.40-44). O primeiro local alcançado pelos viajantes foi a fazenda Muribeca, onde encontraram 300 escravos negros que se dedicavam a derrubada das matas, e cultivo de mandioca, milho, algodão e um pouco de café (OLIVEIRA, 2008, p. 280). Seguiam, em geral, pelo litoral e passavam pelos Quartéis das Barreiras do Siri e da Boa Vista,⁹ além das lagoas da região, chegando até Itapemirim. A descrição oferecida pelos viajantes, principalmente pelo príncipe Maximiliano, apresenta Itapemirim como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres, porém, ele hospedou-se na grande fazenda da Areia, localizada na margem do Itapemirim oposta à vila. A propriedade possuía engenho de açúcar, pastagem e muito gado, além de 70 escravos e pertencia ao Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa (ROCHA, 1971, p.41-44).

Em 1816 chegou ao Brasil Auguste de Saint-Hilaire (ROCHA, 1971, p.64-66), que partiu em uma viagem pelo litoral capixaba em 1818. Visitou a fazenda Muribeca, que segundo relatos descritos por Rocha (1971, p.64), possuía boas pastagens, gado vacum e cavalos, engenho de açúcar, a casa do proprietário e diversas cabanas dos escravos. A antiga residência

dos jesuítas estava em ruínas. Também passou por Boa Vista, Praia do Siri, praia de Marataízes, com suas roças de cana e mandioca, e chegou à Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. Também foi recebido pelo Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa.

Segundo ele, a população era de 1.900 habitantes, sem considerar os índios, e havia nove engenhos de açúcar nos arredores da vila, sendo estes: Areia, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Barra-Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira, que exportavam para o Rio de Janeiro uma carga de 60 caixas de açúcar, a dois mil réis a arroba. Produzia-se também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. A igreja era uma capela rústica e um pouco distante da vila, localizada na Fazendinha, importante unidade de produção que pertencia ao Tenente Luís José Moreira. Saint-Hilaire produziu interessante relato sobre a região, talvez um dos mais ricos em detalhes:

Tinha o povoado umas sessenta casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município. Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto a vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforcar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído duma roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria (SAINT-HILAIRE, apud ROCHA, 1971, p. 65).

Sobre os limites da Vila de Itapemirim, o governador Francisco Alberto Rubim, que governou a Capitania capixaba entre 1812-1819, escreveu o seguinte comentário em suas memórias no ano de 1818. Este comentário é importante por ter sido feito poucos anos após a emancipação política, e consequente consolidação da colonização do sertão sul espírito-santense.

Na praia de Piabanha começa o districto de Itapemirim, e meia legoa distante sahe ao mar o rio do mesmo nome, em cuja barra entráo lanchas, e meia legoa acima está a villa de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, cujo titula.é orago de sua freguezia. O primeiro caxoeiro d'este rio dista da villa 6 legoas , n'elle se acha estabelecido um quartel da parte do Sul guarnecido com 1 inferior, e *0 soldados do corpo de Pedestres. Suas margens , até ao quartel, estão povoadas de grandes fazendas com 8 engenhos reaes , e 1 engenhoca cuberta da Sapé, denominados aquelles Aiêa, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Barra-Sècca , Poço-Grande , Paineira , e São Gregorio da Ribeira. A disiancia de * legoas fica o quartel de Boa- Vista, que serve de registo á l Capitania pela parte do Sul: está guarnecido com 1 Alferes d'mfantaria, ç 18 soldados, 10 de infantaria e 8 Pedestres, sobre uma alta barreira á borda do mar ; 4 legoas para o Sul se atravessa o rio Irapuana onde ha outro quartel, que, como não serve senão para passar os viandantes , está guarnecido com z praças do de Boa-Vista. A grande fazenda de Murubecâ dista pouco (Teste quartel pelo rio

acima, tem engenho de assucar, e immenso gado de produção: Meia legoa ao Sul de Itabapuana fica Santa» Catharina das Mòz , onde faz termo pelo lado do Sul da Capitania do Espirico-Santo , e principia o districto da villa de São João da Barra dos Campos de Goytacazes, pertencente já a Capitania do Rio-de-Janeiro, sendo desde onde principia o dit- tricto de Itapemirim até este ponto 8 legoas. i As bellas margens do rio Itapemirim serão incultas como muitas outras de vários rios d'esta Capitania do Espiritõ-Santo, se as invasões dos índios antropophagos não constringessem aos habi- tadores das Minas do Castello estabelecidas nas cabeceiras do dito rio e seus confluens, onde hoaveráo 5 povoações denominadas Barra do Rio do Castello, Caixeixe, Arraiial-Velho, Salgado, e Ribeirão , a virem estabelecer-se meia legoa distante do mar, trazendo para ali a imagem de Nossa Senhora do Amparo, que collocarão no dito lugar , levantando-lhe nova matriz ; começando por consequência a actual povoação á pouco mais de 30 annos j e ainda que a Real Fazenda perdeo com o abandono das povoações do Castello, lucra hoje muito mais no dizimo que pagão os fazendeiros de Itapemirim (RUBIM, 2003, p. 28-29).

Conflitos nos sertões de Itapemirim

Apesar de alguns relatos demonstrarem que a colonização capixaba foi pacífica, muitos outros documentos apontam o contrário. Durante a viagem realizada pelo príncipe Maximiliano, relatos de ataques indígenas aparecem. Segundo Levy Rocha (1971, p. 42), o pequeno povoado de Barra do Siri estava abandonado, pois o puris ou botocudos o haviam atacado e matado cerca de três pessoas. Anos mais tarde o Jornal cachoeirense *O Estandarte*, de 1871, noticiava o evento, apesar do mesmo ter ocorrido em 1818. A notícia dizia que os bugues haviam atacado a sangue frio, com tática e intrepidez. Um dos conflitos ocorreu com uma mulher chamada Mariazinha, também conhecida como a “Egípcia”, que se colocou à frente da população contra os indígenas, num embate sangüinário. Os indígenas tiveram que se retirar, mas o número de mortos foi grande.

A caminhada iniciada em Muribeca deixou fortes impressões no príncipe sobre os índios Puris que habitavam Itapemirim. Segundo ele, a hostilidade dos indígenas tornou conveniente estabelecer o posto militar chamado de Quartel ou Destacamento das Barreiras (NASCIMENTO, 2018, p. 68). A viagem por matas virgens foi marcada pela tensão de um possível ataque. “Como essas paragens fossem infestadas pelos selvagens, estávamos bem armados, e em caso de ataque teríamos vinte cargas prontas para a defesa” (PHILIPP, apud NASCIMENTO, 2018, p. 68).

Nascimento descreve que os constantes ataques indígenas no percurso entre Muribeca e Itapemirim foi o fato que mais chamou a atenção de Maximiliano. Dois registros foram destacados: o da lagoa de Siri e o das minas de Castelo. Ainda assim, considerava os Botocudos como os verdadeiros tiranos (NASCIMENTO, 2018, p. 69). Conflitos envolvendo Botocudos

também ocorreram na região. Bentivoglio (2014, p. 27) relata chacinas realizadas por fazendeiros na região de Muribeca em meados de 1820. Mais de 14 índios teriam sido assassinados.

Quanto aos escravos, também há registros de conflitos envolvendo os mesmos na região. De acordo com Luciano Moreno, a região servia de rota de fuga de alguns escravizados que formavam pequenos quilombos com o cultivo de subsistência e realizavam alguns assaltos aos povoados nas margens do Rio Itapemirim, o que causava pavor entre a população. Mas, com o desenvolvimento da região ocasionado pela imigração de fazendeiros mineiros, fluminenses, baianos e paulistas houve aumento significativo no número de habitantes, livres e escravizados na região (MORENO, 2016, p. 57-59).

Segundo Cleber Maciel (2016, p.95), “documentos de 1710 já registravam a existência de quilombos por vastas áreas do Espírito Santo, principalmente nas regiões de Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta e Guarapari.” Osvaldo Martins de Oliveira (2016, p.196-197) realizou um levantamento dos quilombos existentes no Espírito Santo ao longo do século XIX, dentre os quais três se localizavam em Itapemirim. Em 1830 um quilombo organizado na região foi destruído pelos índios Puris e por soldados, quando quatro integrantes escaparam mata adentro.

Sobre esse episódio específico, Vânia Maria Moreira relata que foi estratégico a união entre índios e moradores. Em sua descrição conta que o delegado de Itapemirim, José da Silva Quintaes, informou ao vice-presidente da província, José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, “[...] que aqui no meu distrito não me consta agora haver quilombo, algum que o havia foi destruído há mais de dois meses pelos Purys e alguns Soldados e só faltam 4 escravos deste paiz” (MOREIRA, 2017, p.82-83). Assim, com auxílio dos Puris, Itapemirim estava livre dos quilombos.

Outros eventos ocorreram ao longo do século XIX, porém, como descrito na introdução, por uma opção de recorte temporal foram contemplados eventos até o fim da década de 1830. O próximo tópico analisará alguns aspectos da Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833, importante documento para se conhecer a região no princípio da sua colonização.

Aspectos econômicos e sociais da Vila de Itapemirim nos primeiros anos de colonização

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de

Itapemirim em 1833.” A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo do documento se pode estimar como era a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política. A tabela a seguir apresenta a população entre 1824-1833.

A tabela revela que, nos anos da primeira metade da década de 1850 a quantidade de pretos cativos era grande em relação aos pardos, traço de uma comunidade com pouca miscigenação. Em 1824, os pretos cativos representavam 48% da população, enquanto que os pardos cativos eram 1% e os pardos livres 16,5%. Essa proporção entre pardos e pretos se repete nos anos de 1827 e 1833: os pretos cativos eram 54% e 52%, os pardos cativos eram 2% e os pardos livres eram 16%, respectivamente. Também se observa que a quantidade de brancos não chegava a $\frac{1}{4}$ da população total. Em 1824 eram 24%, em 1827 eram 19% e em 1833 eram 24%. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 27% em 1824, 25% em 1827 e 22% em 1833.

TABELA 2: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827, 1833

		Homens	%	Mulheres	%	Crianças	%	Total	% Geral
1824	Brancos	298	53	264	47	---	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	---	1.148	49
	Total	1.291	55,5	1.041	44,5	---	---	2.332	100
1827	Brancos	172	50	174	50	---	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	---	1.038	56,5
	Total	949	52	886	48	---	---	1.835	100
1833	Brancos	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4
	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52

Escravos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
Total de Livres	411	30	396	29	517	38	1.360	46
Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100

Fonte: VASCONCELLOS, I. A. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p. K; APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

Havia quantitativo maior de homens, tanto livres, quanto escravos. Em 1824 eram 55,5% da população, enquanto as mulheres apenas 44,5%. Em 1827 eram 52% de homens e 48% de mulheres e em 1833, esses valores eram 42% e 33%, respectivamente (nesse ano a tabela apresenta a quantidade de crianças). Nos três primeiros anos, a desproporção sexual era maior entre os cativos do que entre os livres. Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38%). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13%.

Entre os maiores proprietários de escravos presentes na Lista de 1833, estão os seguintes nomes:

Proprietários	N. de escravos	Fazenda
Joaquim Marcelino da Silva Lima	304	Fazenda Cotia
Thomazia da Silva Medella	107	Fazenda Muqui
Joaquim José Alves Silva	91	Fazenda Brejo Grande/ Fazenda Ribeira
Manoel da Costa Pereira	85	Fazenda Areia
José Bello de Araújo	81	Fazenda Cardoso
Ignácio de Accioli Vasconcellos	69	Fazenda Carreira Comprida
Heliodoro Gomes Pinheiro	55	Fazenda Rumo
Francisco de Salles	51	Paineiras
Caetano Dias da Silva	50	Fazenda Limão
Josefa Moreira Borges	49	Fazenda Colheres

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista Nominal de 1833, 183 moradores (60%) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuía terras próprias e as lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 20,8%.

Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam. Cerca de 78,5% dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e 9 famílias moravam em casas de aluguel. Somando o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 20,5% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e mais seguras.

Os dados acima deixam clara a desigualdade existente em Itapemirim: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras e possuía grandes fazendas e número expressivo de escravos, a maioria da população não possuía terras. Cerca de 54,7% dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. A historiografia, porém, contempla na maioria dos relatos as grandes fazendas.

A Lista Nominal da População de Itapemirim também contém aspectos econômicos da região no ano de 1833. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas na região. A Tabela 4 apresenta as atividades econômicas de Itapemirim presentes na Lista Nominal de 1833, além das lavouras, já analisadas. No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% (17) dos mesmos eram fábricas de açúcar e aguardente. Além dessas, havia uma fábrica de farinha.

TABELA 4: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)

Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8

Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a intensa atividade econômica de Itapemirim. O predomínio das atividades agrícolas na região, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

Considerações finais

A formação brasileira está diretamente vinculada a conquista dos sertões, e não poderia ser diferente na região analisada, Itapemirim. O presente artigo tentou remontar o período da colonização do Vale do Itapemirim, analisando as tentativas de habitar o local, conflitos envolvendo indígenas e cativos, bem como o desenvolvimento das fazendas e da vila de maneira geral. É certo que existem muitas lacunas devido a ausência de fontes. Ainda assim, o que se pretende é analisar uma região ainda pouco conhecida, contribuindo para o enriquecimento do debate histórico.

Itapemirim, colonizado entre o fim do século XVIII e início do século XIX se destacou economicamente por alavancar a economia capixaba com suas lavouras de cana de açúcar. A chegada de fazendeiros mineiros, fluminenses, paulistas e baianos trouxe o desenvolvimento almejado pelas autoridades, ao mesmo tempo em que causou conflitos com os escravizados, que eram muitos e com os indígenas que lá habitavam.

Muitas questões deixaram de ser discutidas nesse trabalho devido a ausência de fontes. Infelizmente, muitas lacunas existem na historiografia capixaba, uma vez que há carência de documentos sobre vários períodos. A questão dos indígenas da região, por exemplo. Os poucos documentos que falam sobre o assunto foram escritos por visitantes ou autoridades, e os colocam como selvagens.

O desenvolvimento econômico e social pode ser percebido nos dados apresentados na Lista Nominal de 1833, que apresenta grandes fazendas, muitos comércios, grandes proprietários de escravos, ao mesmo tempo em que revela grande desigualdade social. Enfim, o desbravar dos sertões capixabas foi tarefa árdua assim como remontar esse evento não tem sido, mas ainda assim traz luz para a historiografia espírito-santense e brasileira.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Vilma. Paraíso Ferreira. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

BENTIVOGLIO, Julio. Os índios Botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich. In: EHRENREICH, Paul. *Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 19-38.

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES/ Secretaria da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

EHRENREICH, Paul. *Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In.: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

NASCIMENTO, Bruno César. *Viagens à Capitania do Espírito Santo: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste SaintHilaire*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

OLIVEIRA, José Teixeira. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombos: Territórios e Patrimônio Cultural. In.: MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.

ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971.

SALETTTO, Nara. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Estilaque F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002. p. 153-187.

¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 87. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/247/>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

² ESPÍRITO SANTO (Estado). Fala com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito-Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875, p. 60. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/265/>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

⁴ Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876, p. 99 e 125.

⁵ O relatório não apresenta explicação para o fato.

⁶ Segundo Luiz Cláudio Ribeiro (2012, p. 173), quando a capitania foi transferida aos herdeiros diretos de Vasco Fernandes Coutinho, houve uma sucessão alternada de governadores interinos exercidos por capitães-mores. Por conta disso, Francisco Gil de Araújo adquiriu, por quarenta mil cruzados, a capitania do Espírito Santo. A mesma foi comprada após licença del-rei e confirmada por carta régia.

⁷ Com seu falecimento, a fazenda foi herdada por sua filha, D. Anna Angelica, casada com o Capitão-Mor Manuel Pereira Vianna e, após o falecimento do casal, ficou como herança para o genro Antônio José Domingues Tinoco. Na *Memória Estatística* elaborada pelo presidente provincial Ignácio Accioli de Vasconcellos (1828, p. E-verso), a fazenda aparece como propriedade do Conde de Vila Nova de S. José.

⁸ Gabriel Bittencourt coloca o início do século XVIII como data da compra das terras de Itapemirim pelo Capitão Tavares Brum. Porém, Antônio Marins coloca que o evento ocorreu entre 1798 e 1800 (1920, p. 201). No início do século XVIII as terras ainda não pertenciam ao bandeirante Ignácio Pedro Cacunda, pois os refugiados das Minas do Castelo chegam a Barra do Itapemirim em 1771.

⁹ Região pertence atualmente ao município de Marataízes. Em Boa Vista, acredita-se ter sido o berço de Domingos José Martins, nascido em 9 de maio de 1781. Rocha (1971, p.41-42) relata que a chegada do Príncipe Maximiliano à Bahia coincidiu com o início da Revolução Pernambucana, da qual Martins participou, compondo a Junta do Governo Provisório, representando o comércio. O nobre ainda fez anotações sobre os chefes da conspiração, incluindo Martins em seus registros.

Artigo recebido em 31 de janeiro de 2020
Aceito para publicação em 22 de abril de 2020